

Silva, R. (2012). O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva que demonstra a prosperidade. *Contaduría Universidad de Antioquia*, 61, 37-63

O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva que demonstra a prosperidade

Prof. Rodrigo Antonio Chaves da Silva

Acadêmico das Faculdades Integradas de Caratinga, ganhador do prêmio internacional Martim Noel Monteiro (2007/2008), Luiz Chaves de Almeida (2008/2009), Rogério Fernandes Ferreira (2011), membro da escola do Neopatrimonialismo. rachavesilva@yahoo.com.br

“Assim sendo, é evidente que sempre se deve supor uma matéria única como base dos contrários” Aristóteles (2001) – Da geração e corrupção – p. 30.

“O valor das empresas não é assim um só; pode apresentar vários valores segundo o balanço que for estabelecido, mas no seu meio podem passar-se factos que a contabilidade não registra e por vezes influem extraordinariamente na maior ou menor valorização da empresa.” Fernando Caetano Dias (1944) - A técnica da Leitura dos Balanços - p. 189

“O balanço é meio relativamente insuficiente à determinação exata do capital efetivo.” Francisco D`auria(1953) - Variação do Valor Efetivo do Capital - P. 69.

O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva que demonstra a prosperidade

Resumo: *A importância dada à qualidade demonstrativa da informação contábil, sempre procurou destacar qual seria o verdadeiro poder substancial do capital, condicionado ao funcionamento, desse modo, se questionava qual era o efetivo valor da riqueza nos balanços como basilar problema. Todas as principais perspectivas teóricas, em especial as dos grandes doutrinadores, procuraram dar uma devida ênfase ao uso da informação para saber o grau de prosperidade de um patrimônio, sendo assim, cada um a seu ver procurou desenvolver fórmulas que promovem uma análise profunda mantendo uma lacuna sobre tal essência que será explorada por nós. A finalidade desse trabalho é tentar apresentar uma proposta que procure sintetizar um cálculo, para demonstrar a síntese das teorias expostas, a fim de mensurar a prosperidade; e como tal fato é um dos mais importantes a serem estudados, e é a razão da contabilidade gerencial e da tecnologia de consultoria contábil e doutrina moderna neopatrimonialista, denota-se a importância do artigo, em razão da relevância do tema. O artigo usa entre os recursos da lógica matemática, um referencial principal e análise para o tratamento do problema cuja discussão permanecerá atualizada para investigação de outros pesquisadores que se interessem e promovam mais estudos em torno desse longo caminho a ser percorrido.*

Palavras-chaves: *Valor efetivo do capital – Capital substancial – análise da prosperidade.*

The True Value of Balance Sheet: Formula of Effective Asset Energy That Demonstrates Prosperity

Abstract: *the importance given to the demonstrative quality of accounting information has always sought to highlight what would be the real substantial power of capital conditioned to its functioning. Therefore, the true value of wealth in the balance sheet as a fundamental problem was questioned. All major theoretical perspectives, especially those of the great scholars, have tried to give adequate emphasis on the use of information to determine the degree of prosperity of the assets. Each one of them, from their point of view, sought to develop formulas that promote a thorough analysis, keeping a gap –that we will explore– on such essence. The purpose of this work is to try to present a proposal that is sought to be synthesized in a calculation in order to demonstrate a synthesis of the theories discussed in the interest of measuring prosperity. The fact that this subject is one of the most important to be studied and the reason for management accounting, for consultancy accounting technology, and for the modern neopatrimonialist doctrine, denotes the importance of this article and the relevance of the subject. This paper uses, among the resources of mathematical logic, a main framework of reference and analysis for the treatment of the problem whose discussion will remain in effect for other researchers interested in this long road ahead.*

Keywords: *effective value of capital, substantial capital, analysis of prosperity.*

La vraie valeur du bilan : formule d'énergie patrimoniale efficace qui démontre la prospérité

Résumé: *l'importance accordée à la qualité démonstrative de l'information comptable a toujours essayé de mettre en relief le pouvoir réel substantiel du capital, en tenant compte de son fonctionnement. Ainsi, le problème fondamental était de s'interroger sur la vraie valeur de la richesse lors du bilan. Les principales perspectives théoriques, en particulier celles des grands intellectuels, ont essayé de porter une attention adéquate à l'utilisation de l'information afin de connaître le degré de prospérité du patrimoine. Par conséquent, chacun, selon son point de vue, s'est efforcé de développer des formules qui encouragent une analyse profonde ; mais une lacune persiste à ce sujet, lacune que nous allons analyser. Le but de cet article est donc de présenter une proposition qui essaierait de synthétiser, par le moyen d'un calcul, les théories exposées à ce sujet, afin de mesurer la prospérité. Ce fait, qui est l'un des plus importants à étudier et qui se trouve à l'origine de la comptabilité de gestion, de la technologie comptable de consultation et du "néo-patrimonialisme", démontre l'intérêt du sujet. On a utilisé, parmi les ressources de la logique mathématique, un cadre de référence principal et d'analyse pour le traitement du problème dont la discussion restera ouverte, à l'attente d'autres chercheurs intéressés à encourager de nouvelles recherches à ce sujet.*

Mots-clés: *valeur efficace du capital, capital substantiel, analyse de prospérité.*

O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva que demonstra a prosperidade

Rodrigo Antonio Chaves da Silva

Primera versión recibida en agosto 2012 – Versión final aceptada en septiembre de 2012

I. Introdução

Dentre as inúmeras propostas de observação contábil, coletadas das melhores de pesquisas, provenientes de uma plêiade de estudiosos famosos (entre estas algumas principais Besta, Zappa, Masi, Ceccherelli, Foulke, Bliss, Wall, Ferreira, Dias, Amorim, D'auria, Sá), com perspectivas inúmeras a fim de promover a resolução dos problemas de comportamento patrimoniais demonstravam relevantes uma seqüência: que a contabilidade, e sua informação, deveria mostrar a realidade, no sentido, de explicar o nível de prosperidade do capital.

Esse sempre foi o problema maior, o cálculo ideal, ou o raciocínio dedutivo que procurasse interpretar a razão do valor efetivo do capital, tese de inúmeros grandes doutrinadores (D'auria, 1953; Sá, 1965; 2005), alguns, com títulos de trabalho literalmente iguais ao tema, para que se resolvesse em completo ou ao menos tentasse obter algum resultado da análise da prosperidade das empresas, em análise, apresentação, e posterior explicação.

O modo antigo de tentar verificar o problema foi o uso de pesquisas experimentais que visavam encontrar o **quociente ideal** que infelizmente ostentou-se num erro epistemológico, quando houve a confusão do “modelo”, com o “número ideal”; este se for 2, 3, 7 não importa, na sua aplicação direta a inúmeros fatos, mas, o que realmente era importante seria a qualidade do funcionamento; e isso produziu na história de nossa ciência aqueles clássicos padrões em especial o “two for one” da liquidez, quebrado com as teses financeiras dinâmicas da década de 60¹.

1 – O “two for one” seria o padrão de “modelo ideal”, que explicava cada patrimônio tendo dois para um em capacidade de pagar. Por mais que ele fosse aceito em parte pela maioria dos americanos, em especial pelo pai da análise de balanços Alexander Wall (Masi, 1945), e por outros seguidores Bliss, Foulke, Gregory, Dunning, era totalmente instável na sua generalização por inúmeros fatores. O padrão foi criticado pelas teses de Calmés, Ceccherelli, Gianessi, e Mello (algumas das

Tanto era e é importante tal fato de estudos (verdadeiro valor do balanço que mensura a prosperidade) que Hilário Franco em sua obra maior de consultoria contábil dizia:

No dia em que pudermos, através da análise e interpretação dos balanços, determinar coeficientes-padrão absolutos, a Contabilidade terá alcançado o ponto máximo de sua utilidade social e econômica, firmando-se definitivamente como ciência de previsão, que pode orientar os administradores de empresas na aplicação de seus capitais, com segurança verdadeiramente científica. (Franco, 1973. p. 206).

Este sem dúvida alguma, é o problema máximo, não só dos modelos de comportamentos ideais, mas, de sabermos qual seria o nível de fortuna do empreendimento, o verdadeiro grau do balanço, e do seu estado substancial, aspiração essencial da mesma proposta de “quociente ideal”.

A prosperidade em realidade foi o grande segredo a ser desvendado (sob outros nomes, por isso, pseudos-tautologias), ou o verdadeiro valor do balanço, em essência, o verdadeiro nível do capital, a fim de definir as melhores propostas para o comportamento, ou ainda, o quociente ideal de análise do funcionamento da riqueza.

As pesquisas sobre balanços começaram na oficialidade da ciência contábil promulgada por Coffy (1836) ao ser analisado por Costay, este já definia que o verdadeiro objetivo científico da contabilidade seria determinar as causas das variações do capital (Silva, 2012), isto é, descobrir os principais segredos da fortuna patrimonial da prosperidade (embora não existissem estes conceitos ainda).

Assim, as principais doutrinas que embasam o presente trabalho, no seu aspecto básico, conseqüentemente, foram originadas por firmarem-se no estudo do verdadeiro valor dos balanços em prol da prosperidade, enfatizados pelos doutrinadores: o pai da economia aziendal, Gino Zappa; o grande enciclopedista brasileiro Francisco D`auria, que produziu tese de igual nome; e o criador da corrente do neopatrimonialismo Antonio Lopes de Sá; estes serão de fundamentação básica desse empreendimento.

Este artigo aspirará, então, investir no tratamento deste tema, de modo a destacar os estudos sobre o verdadeiro valor dos balanços, e depois o sentido de procurar medir a prosperidade do capital, portanto, o artigo trabalhará dois básicos pontos: **as observações doutrinárias sobre o valor substancial dos balanços, e a mensuração do potencial de prosperidade.**

obras identificadas na bibliografia), que foram proposições válidas. Mas, a tese que conseguira descomprovar tal idéia foi a teoria da liquidez dinâmica e aceleração financeira, desenvolvida por brasileiros, a primeira por Lopes de Sá, que com a tal conseguira uma cadeira na academia de ciencias financeiras da Espanha, e a segunda por seu contemporâneo Américo Matheus Florentino, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Fundação Getúlio Vargas.

Conquanto desde já hipotetizamos que é possível uma síntese, de fórmula geral, de demonstração do valor da fortuna, e da prosperidade, de um capital, considerando novos conceitos perenes como uma nova teoria da contabilidade.

Com método dedutivo matemático, por meio de lógica que procura generalizar, com base referencial de fundamentação argumentativa, também amparada pelo método histórico, conseguimos proceder à elaboração dessa pesquisa.

Assim se mantém este esforço, para sabermos que um dos maiores problemas a serem solucionados sempre foi o de prosperidade das empresas, e conseqüentemente, conseguir a sua razão disposta a promover a resolução dos demais panoramas comportamentais, embora, o nosso intento seja apenas a extensão de uma colaboração para a imensa estrada de estudos que ousamos trilhar.

II. O critério de valor do balanço em prol da fenomenologia na ótica zapiana

Os teóricos da essência sobre a forma não cansam de dizer que os fenômenos não se misturam com as informações que o demonstram² e que sendo assim, existe um critério de análise dos mesmos que devem ser relatados contundentemente.

As obras técnicas de contabilidade, não somente as doutrinas expostas por Villa, Cerboni (1886), Rossi (1882), e Besta (1922) procuravam todas desenvolver, numa contabilidade geral, aspectos gerenciais, acima da forma, mesmo quando esta era mais pregada que a essência dos fenômenos patrimoniais em muitos casos (como fora os argutos em favor do controle, da informação, e da formalidade jurídica, acima da realidade substancial do valor da empresa).

Não há dúvida que a economia aziendale vem por todo fugir de tal tendência, com forte base cultural que exigiu a concepção entre a diferença dos fatos e visão restrita das contas e informações, tal como Zappa já testemunhava:

A dificuldade inextricável, as contradições, os desvios nos quais a doutrina das informações aziendais se envolveu com raras exceções, derivam sempre da não ter reconhecido solidariedade com os fenômenos, complementaridade de elementos, e unidades de problemas em manifestação somente no primeiro aspecto dividido e heterogêneo. Os caminhos seguidos pela maioria dos escritores estão demonstrados. Entre os procedimentos de relevação foram prescritos a campo de longas e minuciosas pesquisas, contas e métodos de registro. Mas, os tratamentos, talvez por uma mal entendida exceção da divisão da indagação científica, ignoraram, se pode dizer, os fenômenos informados, e consideraram quase unicamente o método de escrituração. (Zappa, 1950. p. 11).

2 –Um desses foi Emmanuel Kant (1724-1804), em sua “Crítica da Razão Pura” que afirmava não se poder confundir o raciocínio dos fenômenos, com a imagem desses.

Portanto, o mestre era claríssimo em reconhecer que o problema maior era tirar o potencial dos fenômenos, alvos de estudos, para o mecanismo de levantamento e informação dos mesmos.

Ou seja, confundir a essência dos fatos, da forma a qual se apresentam os mesmos, o erro que perdura em muitos doutrinadores até o momento.

Por isso existe um verdadeiro valor das informações, que demonstram o potencial dos fenômenos, este é um dos alvos mais sublimes de estudos da contabilidade.

O balanço, balancete, e escrituração, mesmo a posição orçamentária, são técnicas que arranjam unicamente o bem informar, e cuja exploração na teoria de Besta assumia apenas o controle, reduzindo e analisando o foco da contabilidade.

Desse modo “se adverte a prevalência importância da consideração do fenômeno informado sobre aquele da configuração a esse atribuída em um dado processo de relevação” (Zappa, 1950, 11).

Na verdade a tendência controlista de Besta se atava somente na mecânica de produção dos informes, ao mesmo tempo, deixava uma lacuna de restrição da contabilidade unicamente nestes processos.

Sabendo que os fenômenos de informação contábil demonstram os acontecimentos em empresas, diferente da opinião do seu mestre, mas respeitando-a em sumo grau, criou a economia aziendal.

Portanto, Zappa atribuía às informações, o caráter de realidade, ou melhor, que se deveria averiguar a realidade dos fenômenos, pela análise coisa que somente informes não permitiam se fazer:

A análise pode sim, por intenções de abstração científica ou de aproximação concreta, dissociar o fenômeno unitário nos seus elementos e nos seus momentos, mas não deve permanecer inconcebível à “realidade”. E àquelas relações que unem o singular ao todo dos quais faz parte não somente qualquer coisa de acidental ou de extrínseco à “realidade. (Zappa, 1950. p. 12).

Foi neste contexto e com o máximo respeito ao mestre, o seu sucessor Gino Zappa, resolver respeitar a figura de Besta, na determinação da contabilidade, no entanto, que escondia os problemas em outros aspectos que poderiam ser aprofundados na análise dos fenômenos.

Sabia o pai da economia aziendal que “a realidade, não consiste em relações, porém se apresenta por meio de relações” (Zappa, 1950, p. 17).

Estas mesmas relações intrínsecas de um capital, o balanço apenas oferecia uma superficial visão, da qual a gestão e as variações da mesma riqueza, seriam fonte da estrutura das contas. “Quando pois na doutrina não se afirma que a gestão é tudo revelável por meio das contas, se delimita talvez o objeto das escriturações que em nosso entender contempla, declarando que é dado pelo patrimônio e suas variações”. (Zappa, 1950, p. 21).

Portanto, o valor da riqueza nunca poderia ser expresso inteiramente pelo balanço, e a quantidade que se denota nas mesmas cifras, são apenas formalidades de uma complexa efetividade do objeto fenomenológico da contabilidade:

A mais forte verdade é que as escrituras sistemáticas não estão aptas a exprimir a síntese de tudo, as relevações de contas, não podem abraçar toda a inteira e complexa vida econômica de uma empresa e não são suficientes para ilumina-la de modo adequado [...] A vida aziendal é bem mais complexa de quanto não se une por nossas relevações sistemáticas. (Zappa, 1950. p. 22).

Não há equívocos em se afirmar com base nestas alusões que havia um “valor real”, ou até assim dizer “valor operacional real”, que está muito acima da expressão de contas e metodologia de registros.

Em outros termos, não existe valor efetivo do capital, de prosperidade, igual ao apresentado pelos balanços, que são formalidades que nunca poderiam reunir tais fatos, sendo necessários outros métodos, que mesmo os utilizando, procurariam tirar as devidas conclusões sobre esta substância patrimonial.

Um sistema de variação de contas encontra-se portanto fundamentado em uma parcial visão da realidade. daquelas “coisas” as sínteses sistemáticas não apresentam mais que a superfície: essas facilmente consentem que as coordenações e as particularidades não são “realizáveis”... Eis aqui a necessidade da qual logicamente não se pode prescindir, de completar e de modificar também as relevações de contas sistemáticas, na sua essencial limitação e imperfeição. (Zappa, 1950. p. 22)

Então, seria impossível dizer que o valor do capital é igual ao do balanço, e mesmo o mestre sendo um dos que mais tratou o assunto, colocando-o como pauta principal de sua doutrina, ele não apresentou as devidas razões para a prosperidade (até porque não havia tal conceito), e igualmente não sugeriu proposta para a análise dos fatos de fortuna, visto que sua obra era de argumentação teórica, apresentando os problemas, no entanto, não matematizando com suficiência as soluções devidas ou possíveis para os mesmos.

De qualquer modo o valor que foi dado à discussão e apresentação do problema fora um dos mais importantes dentro da doutrina da contabilidade.

Zappa (1950, p. 70) desde o início de suas obras, determinava de modo proficiente que a análise da capitalização e do rédito, seria o entrelaçar da determinação do valor real de patrimônio, e obviamente, o predileto campo da pesquisa contábil.

Ou seja, como determinar o rédito, sendo este fato, o alfa e o ômega da análise contábil (Zappa, 1950, p. 94) e da essência da pesquisa empresarial.

Ao mesmo tempo, tinha como principal problema estudar o fenômeno de empresa como um complexo, em sua hereditariedade, com suas conexões, e uma essência de investigação (Zappa, 1950, p. 86), e não poderia se fazer crer que um balanço fosse a expressão mais aceita no seu valor superficial, para demonstrar o efetivo do patrimônio.

Era a substância do capital que interessava a Zappa, de modo que ele defendia que o balanço era uma produção muito artificial, com uma extensão ínfima de tudo aquilo que poderia ser observado em razão dos fenômenos.

O balanço, para o mestre, era o retrato fenomenológico, de modo que os valores das contas tentavam medir o verdadeiro valor de riqueza, no entanto, necessária era a análise e inspeção que complementa tal “informação” para um “conhecimento”, de maneira proeminente, para desvendar os segredos do rédito de modo plausível e confiável.

Assim, o mestre atendeu a uma linha de observação, e tal como muitos seguidores seus, tinha em mente a tentativa de mensurar tais fatos, mas, tratou o problema de forma argumentativa faltando a noção demonstrativa ou lógica-matemática, de modo a expor soluções para esta mensuração do verdadeiro valor do balanço, ou melhor, da riqueza expressa nesta peça de escrituração.

III. A teoria do capital efetivo de Francisco D`Auria

Mesmo o mestre Zappa, tecendo estas considerações na primeira edição de sua obra, na década de 20, e reafirma-las na década de 50, em especial no ano de 1950, três anos depois se edita no Brasil obra específica sobre o assunto.

Não havia na literatura uma obra com a denominação clara sobre os estudos da variação efetiva do capital, haviam trechos esparsos em inúmeros livros de análise de balanço de obras do mundo todo, mas, um brasileiro foi o primogênito em tratar diretamente o assunto.

O professor Francisco D`auria, sem dúvida alguma foi um dos que mais escreveu no mundo, sua obra estende há mais de 20 livros, no seu tempo, chegando até a passar alguns dos grandes autores italianos, inclusive ao próprio Zappa, sendo o primeiro enciclopedista do Brasil escrevendo sobre tudo, nestes termos foi amplo o seu trabalho, ligado às varias especialidades do conhecimento contábil, no caso, ao comércio, indústrias, bancos, prestadores de serviços, entre outras mais.

Toda a visão sobre os fenômenos patrimoniais na época atinava na observação do rédito como o elemento mais importante para as pesquisas.

A diferença, em nosso entender, é que D`auria foi além, porque usou a teoria do rédito como uma das suas básicas, colocando o valor do capital próprio, nas suas relações também financeiras, e de capitalização, como o centro das questões.

Em suma, enquanto Zappa tratava do verdadeiro valor do capital com o rédito, D`auria queria saber o verdadeiro valor do capital, pelos recursos próprios, tendo o rédito com uma das bases, não a única e nem a exclusiva³.

3 – A obra de D`auria “Variação do Valor efetivo do capital” de rara valia, em nosso entendimento foi o primeiro indicio de um neopatrimonialismo brasileiro, devido as sua similar posição em relação à estrutura doutrinária atual; podemos considerar sua teoria um “pré-neopatrimonialismo”, pelo seu conteúdo, sem algum equívoco.

No Brasil houve igualmente a teoria do potencial vegetativo dos lucros como base fundamental na mesma época, desenvolvida pelos professores Rogério Pfaltzgraff (1956) e Erymá Carneiro (s/d), no entanto, faltava um pouco mais de aprofundamento em muitas questões, apesar de ser axiomático a vegetação do rédito, em um conjunto dinâmico de operações patrimoniais.

Com a visão mais universal da contabilidade (geral) Francisco D`auria começou a investigar um estado do capital na sua substância.

Primeiramente, seu trabalho, era para o concurso de livre docência, do curso de ciências contábeis da USP (Universidade de São Paulo), todavia, a sua intenção era produzir máximas sobre o verdadeiro valor do capital, com novas descobertas.

Justificou a sua tese para o “desenvolvimento da cultura contábil; e com o sentido de cooperação nas atividades econômico-administrativas nacionais” (D`auria, 1953, p. 10)

Explicava a relação do conceito de fortuna, como forma do estado de constante prosperidade (embora não existia ainda tal conceito naquela época):

Todo organismo econômico-administrativo se propõe a alcançar um objetivo, seja o lucro resultante da exploração comercial, seja a produção de serviço público ou de natureza social. Para tanto, precisa dispor de uma dotação de riqueza: capital, como fundo de negócio; patrimônio dos organismos públicos e dos de espécie social [...] No ato da constituição do organismo econômico é prefixada a soma da riqueza possuída e posta à disposição do empreendimento, ou, em qualquer momento, determinada a disponibilidade patrimonial. Qualquer destas formas é determinante do estado de fortuna do organismo constituendo ou constituído [...] A simples fixação do estado de fortuna já é, econômica e psicologicamente, motivo de variação do fundo patrimonial, porque todo empreendimento, aleatório por natureza, se expõe ao risco da boa ou má fortuna nos resultados. (D`Auria, 1953. p. 9)

Portanto, o objetivo principal era estudar o estado de fortuna, produzido pela ação do organismo econômico-administrativo, investigar o fundo patrimonial, e neste sentido, o mestre produzia sua teorese.

Dizia que o balanço nestes termos era abstrato e impossível de mensurar o fundo substancial da riqueza:

O balanço, indica, no passivo, - abstratamente, a título de representação e pro contra-partida – o quantitativo da riqueza possuída, no momento da constituição da entidade econômica... Se encontra, invariavelmente, no passivo, o título “Capital”, representando apreciável soma monetária. É o elemento vital, a fonte de energia econômica do organismo que começa a ter existência real. (D`Auria, 1953. p. 10).

Reconhecia tal como Zappa, que a análise contábil que permitia saber o valor efetivo do capital, isto é, o seu valor “real” que mensurava a fortuna, por isso argumentava que “somente a análise integral do balanço, sob os

aspectos: patrimonial, econômico, financeiro, e administrativo, - é que permite a determinação do valor efetivo do capital.” (D’Auria, 1953, p. 10).

Comentava como já dissemos, que é o capital próprio o medidor do potencial financeiro e lucrativo de qualquer empreendimento:

Sustentamos a tese da variabilidade do valor efetivo do capital (fundo de negócio), com o fim de fixarmos **normas de avaliação do patrimônio líquido, que é a verdadeira expressão do capital**, no sentido econômico e que, por sua instabilidade, **nem sempre é ostensivo no balanço**, ao passo que **o capital constituído, é na realidade, puramente nominal, e com apoio, apenas na conceituação econômico-jurídica**” (D’Auria, 1953. p. 11, Grifos nossos)

Reconhecendo mais do que Zappa, a realidade patrimônio não somente no rédito, mas, na sua alocação nos recursos próprios, considerava que a soma do balanço, era um termo ilusório, no sentido de não poder assumir com relatividade possível, a mensuração do estado de fortuna que somente a análise de balanços poderia produzir e demonstrar:

Com a determinação do valor efetivo do capital, **desfaz-se o ilusório conceito de soma apreciável que figura no balanço, para considera-lo, unicamente, quantia abstrata e ideal**, depois da sua constituição e realização, na composição patrimonial, **cuja verdadeira expressão se encontra mediante a aplicação dos princípios técnicos da análise econômico-financeira**. (D’Auria, 1953. p. 11, Grifos nossos)

Desse modo atribuía à consultoria, o estágio adequado para demonstra o valor efetivo, real do capital, cuja informação em balanços era totalmente insuficiente de demonstra.

Mas, não deixou de tecer considerações sobre o valor nominal, dizendo que mesmo com base nos balanços os registros deveriam se embasar em contextos históricos e objetivos, e não meramente abstratos, e arbitrários, tal como hoje se sujeitam algumas empresas, para seguir normas inconsistentes em relação à ciência.

O mestre produzia alusões muito adequadas, de que uma empresa sem capital próprio, não possui capital, muito menos valor efetivo.

Em lógica matemática testemunha o que seria o capital efetivo da seguinte maneira:

$$C_e = C_c + F_p - F_n$$

Ou seja, o capital efetivo (C_e) é igual ao capital constituído (C_c), mas, os fatores positivos (F_p) menos os negativos (F_n).

Veja que o nobre professor não considera os fatores positivos apenas como rédito, mas, até como elementos aziendais (como fusão, incorporação, e ampliação), e imateriais (mais valias, marcas, fundo de comércio), e os fatores negativos não somente como prejuízos, mas, outros fatores como ambientais

(desastres naturais, política econômica, quebra jurídica de empresa entre outros).

Por isso a teoria do rédito era uma das principais a serem analisadas o mestre D`auria, a considerada apenas uma das que influenciava as operações do mesmo resultado.

Para o professor paulista, o capital próprio seria a “pedra angular”, enquanto para Zappa, o rédito seria o alfa e o ômega dos estudos.

Estabelecia números ideais considerando a álgebra dos mesmos bens patrimoniais, da seguinte maneira:

$$X + Y = Z + V$$

Sendo:

X = ativos em bens

Y = Créditos a receber

Z = Dívidas

V = Capital próprio ou estado patrimonial

Então, teríamos:

$$X + Y - V = Z$$

$$X + Y - Z = V$$

Em termos traduzidos:

Dívidas = Ativo em bens + Créditos a receber – Patrimônio líquido

Patrimônio líquido = Ativo em bens + Créditos a receber – Dívidas

Esta seria a mecânica matemática que permite igualar os valores, no entanto, o mestre apontou todo um panorama para as proporções ou valores ideais de efetivo capital nominal com outros pontos.

Assim, estipulamos valores ideais da seguinte forma, supondo que o ativo seja de 1.000,00 e os créditos de \$ 200,00 a empresa tem uma dívida de \$ 1.400,00 quanto deveria ser o capital próprio que já é negativo. Simples:

$$X(1.000) + Y(200,00) = z(1.400) + v(x)$$

V = 200,00 positivo

Se caso o valor ideal do capital próprio fosse de \$ 600,00 quanto deveria ser as dívidas:

$$1.200 = 1.400 + 600$$

$$1.200 = 2000 \rightarrow \neq 800$$

Por tal:

$$1.200 = 1.400(800) + 600$$

$$1.200 = 600 + 600$$

Do mesmo modo, poderíamos achar o valor ideal de um ativo de bens, se caso a empresa descobrisse que o valor ideal mesmo seria duas vezes maior. Vejamos:

Chaves. O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva...

$$X(1.000) \cdot 2 + Y(200,00) = z(1.200) + v(200)$$

$$X(2.000) + + Y(200,00) = z(1.200) + v(200)$$

$$2.200 = 1.400 \rightarrow \neq 800,00$$

Se caso for proporcional mecânica as quantidades:

$$Z = 1.200 \rightarrow 86 \% \cdot 2200 = 1.892,00$$

$$V = 200 \rightarrow 14 \% \cdot 2200 = 308,00$$

$$1.400 \rightarrow 100 \% \quad 2.400$$

Se caso a empresa destacar que na realidade o capital próprio irá aumentar para 30% ficaria diferenciado a jogada da proporção:

$$Z = 1.200 \rightarrow 70 \% \cdot 2200 = 1.540,00$$

$$V = 200 \rightarrow 30 \% \cdot 2200 = 660,00$$

$$1.400 \rightarrow 100 \% \quad 2.400$$

Na oportunidade, sabendo que cerca de \$ 600,00 ficarão no capital próprio teríamos:

$$Z = 1.200 \rightarrow 200 + 1.400 = 1.600$$

$$V = 200 \rightarrow 600 + 200 = 800$$

$$2.400$$

Mesmo o mestre não aduzindo tais classificações, estas seriam proposições fundamentais conseqüentes do seu raciocínio geral.

Portanto, com tais abstrações conseguimos mensurar o valor ideal – e há outros registros de posições semelhantes na obra de Nascimento (1969,1975).

Ao passo que considerava uma série de elementos que aumentavam o valor efetivo do capital a caráter interno (D'Auria, 1953, p. 32), tais como:

- Resultados de gestão;
- Herança;
- Legado;
- Doação;
- Achado (produtos espontâneos da natureza e invenções);
- Fama comercial;
- Ganhos fortuitos
- Valorização;
- Crédito imprevisto;
- Débito inexistente;

Destarte dizia sobre os fatores que poderiam gerar variações negativas de modo interno basicamente:

- Resultados de gestão;
- Herança;
- Legado;
- Doação;
- Consumo;
- Desgaste;

- Perda;
- Destruição;
- Danificação;
- Depreciação;
- Desvalorização;
- Crédito inexistente;
- Débito imprevisto

Falava sobre os fatores externos que influenciavam ou alterariam o capital efetivo, classificando-o em dois, os naturais e os sociais, são eles (D´auria, 1953, p. 33-35):

Naturais

- Fontes naturais
- Alterações das fontes
- Uso do solo e subsolo
- Influencias dos elementos da natureza

Sociais

- Fenômenos demográficos
- Fenômenos psicológicos
- Fenômenos políticos
- Fenômenos econômicos
- Fenômenos financeiros

Por isso podemos dizer que havia indícios fortes da doutrina neopatrimonialista no pensamento de D´Auria, pois, reconhecemos que o próprio mestre atribui um sentido todo especial para os fatos em esquemas internos e externos, tal como as relações lógicas do fenômeno, atribuem uma dimensão ambiental para a produção dos fatos (causas agentes).

Igualmente, atribuiu a uma série de elementos o caráter de realização do capital efetivo.

Também não deixou de expor posições fortes, com base no rédito e sua contribuição para o valor efetivo do capital, colocando fatores internos, e também externos como naturais, sociais, econômicos, psicológicos, e administrativos.

Por isso fundamentou toda a possibilidade de uma teoria da contabilidade ambiental, sem sair do estudo do fenômeno de valor efetivo do capital, e sua fortuna.

Reconhecia que o rédito era um extremo importante para o capital efetivo, todavia, nunca seria o exclusivo embasamento para o tal, visto existirem questões externas e sociais a serem concebidas igualmente.

Em suma, tinha com um aparato fenomenal, a discussão das análises que pudessem regular o balanço em seu poder funcional, controladoria e

averiguação do capital, e que os fizessem atribuir um valor substancial da riqueza.

Tudo isso tendo uma tenacidade de verificação do verdadeiro valor do balanço, do potencial de capital próprio da empresa, o problema que agora continha muito mais pesquisa, e aprofundamentos.

Sem algum equívoco, D`auria foi além de Zappa, apresentando lógica-matemática, mais provas, e mais argumentações em favor ao amplo estudo da fortuna, e prosperidade do capital, do desenvolvimento correto da expressão adequada dos valores do balanço, sem desconhecer a mensuração das cifras, abrangendo os fatores ambientais, indo além do seu tempo, cerca de decênios, sendo válida as suas discussões e abordagens até o momento presente, e obviamente, para a nossa pesquisa aqui produzida.

Desse modo, o endereço mais fixo e delineado dos estudos do real valor do capital e sua fortuna, ou prosperidade, com toda a lógica, está no conteúdo de tese de D`auria, que nos servirá de aparato essencial para o devir de nosso objetivo.

IV. A teoria do equilíbrio de Antonio Lopes De Sá, e sua teoria da liquidez dinâmica

Com o ímpeto de se descobrir os segredos das proporções e obviamente, o valor do estado do equilíbrio patrimonial, Antonio Lopes de Sá, desenvolveu as suas pesquisas de modo relevante, num contexto de tempo que iremos destacar.

Sem dúvida seu trabalho e obra, fundamental que procurou resolver problemas patrimoniais, mas que se interagiam totalmente com a mensuração do real valor e potencia do balanço.

Estamos nos referindo à sua pesquisa publicada em 1959 sob o título de “O equilíbrio do capital das empresas”, que logo após serviu de base para a sua tese de doutorado a “Teoria das Proporções dos Componentes na Promoção do Equilíbrio do capital de Funcionamento e as Tendências Contemporâneas da Pesquisa Científica na Contabilidade”, editada em 1965 e defendida no ano anterior.

É necessário entendermos o contexto histórico o qual estava inserido Sá, para vermos a importância da sua teoria do equilíbrio na mensuração do real estado do patrimônio.

Nos auspiciosos tempos da doutrina patrimonial de Masi (1945), o mestre havia desenvolvido três campos de estudo, sendo um especial para a área do equilíbrio que denominamos de estática patrimonial.

Com incentivos semelhantes em 1926, o professor Português Jaime Lopes Amorim, fora tão radical no estudo do equilíbrio que por um motivo especial dizia que ele era o verdadeiro objeto da contabilidade.

O equilíbrio mesmo sendo um estado, era um fato a ser mensurado, para destacar assim os verdadeiros pontos de um balanço.

Neste sentido que Sá passou a pesquisas as causas para certas estruturas patrimoniais, pois, percebia que existia grande diferença de uma indústria, com um comércio, e esta para um banco:

Tabela 1: *Financiamentos do capital.*

Empresa	Capital próprio	Capital de terceiros
Banco Moreira Salles S/A	325,4	6.691,1
Indústrias Matarazzo S/A	3.200,0	6.282,6
Casa Anglo Brasileira S/A	172,3	156,7

Fonte: Elaboração própria. Obs: Valores em milhões.

Para descobrir porque os valores eram tão diferentes, e ainda, tão discrepantes em proporção, fez a sua tese, na tentativa de explicar o verdadeiro valor do equilíbrio.

Ele, pois, chegou a conclusão que o valor era relativo à capacidade de circulação e formação do resultado:

As pesquisas que empreendemos levaram-nos à conclusão de que a velocidade ou prazo de tempo em que circulam os valores e o sistema de rédito, são, realmente, os fatores preponderantes dentro do nosso conhecimento, e que uma pesquisa séria em torno da matéria conduzir-nos-ia a conclusões valorosas, capazes de dar consistência a uma teoria do equilíbrio do capital. (SÁ, 1965. p. 42).

Com diversas coleções de informações e mais de 800 empresas na década de 50, já traduzia alguma demonstração do comportamento das empresas, e ao mesmo tempo, conseguia ir a fundo nos estudos.

Inicialmente, percebia tal como Proust (1754- 1826) e Dalton (1766-1844) na química que não poderia haver relações constantes, todavia, hereditárias sobre o que se poderia entender de equilíbrio.

I – O equilíbrio processa-se através de uma composição harmônica e interdependente dos elementos que estruturam o patrimônio, possibilitando a livre circulação da riqueza e a obtenção do rédito suficiente.

II – Não existe equilíbrio absoluto posto que a situação harmônica é atingida no tempo através de uma sucessão de estados, podendo, em certo momento, o desequilíbrio de uma fase ser apenas aparente. (SÁ, 1965. p. 69).

Então, o equilíbrio era um elemento relativo ao giro e ao rédito, todavia, estes fenômenos são bases ou embriões de outros fatos maiores, como o de capitalização, e giro geral, que mais tarde seriam desenvolvidos pelo próprio Sá, em outros trabalhos seus (Sá, 1971; 2005).

Não aprofundou muito o termo de capital efetivo como D`auria, e nem o de realidade substancial como Zappa, mas, necessariamente a causa científica para o equilíbrio, e suas conexões fenomenológicas.

Percebeu que nas empresas com pouca liquidez, existia muito giro, e o mesmo mantinha solidamente o equilíbrio.

De certa maneira, quando o giro era pequeno, a empresa transmitia rentabilidade razoável e crescente, favorecendo a sua continuidade.

Destacou que havia uma prosperidade média, grande e inexistente, como se fosse a mesma crescente, decrescente, tenue, inexistente (Sá, 1959, p. 10).

Na sua experiência, a exemplo as de Cecherelli e aquelas dos americanos Bliss e Foulke, conseguida com 7.110 balanços detectar causas para o equilíbrio de maneira que as mesmas fossem destacáveis em uma lei:

Os valores que se combinam para a formação do capital de funcionamento guardam entre si relações constantes [...] Existem pontos de Equilíbrio dos diversos componentes patrimoniais que, em sistema, produzem harmônica estrutura do capital [...] São causas Fundamentais da promoção do equilíbrio: o giro dos valores e o processo de formação do rédito. (SÁ, 1965. p. 118-119.)

Descobrimos as causas reconhecendo que seria impossível estipular uma fórmula geral para avaliar o verdadeiro valor do equilíbrio, embora reconhecesse a relatividade da existência do mesmo:

O conhecimento destas medidas foi objeto de nossa constante preocupação durante o tempo em que estudamos o problema da COMPOSIÇÃO DO CAPITAL [...] A princípio julgávamos que existisse UMA FÓRMULA GERAL [...] Muito cedo nos convencemos de que PARA CADA TIPO DE ATIVIDADE existe uma FÓRMULA e dentro de cada tipo existem VARIAÇÕES DESTA MESMA FÓRMULA. (SÁ, 1959. p. 21-22).

O mestre mineiro destacava que não existia uma fórmula para todos os empreendimentos, todavia, a base dauriana reconhecia o potencial de capital efetivo como sendo o ponto vital de uma empresa, desse modo, este conceito poderia ser reformulado, como possível sim (tal como iremos aprofundar mais a possibilidade de numa fórmula geral destacar a prosperidade).

Pode não haver uma medida quantitativa para tudo, todavia, um conceito qualitativo para o todo, este tem que existir, mas, que se relativiza nas quantidades específicas as quais são analisadas e observadas.

Se toda empresa tem capital efetivo, e este pode ser mensurado como proposta de prosperidade, podemos dizer que deve haver um modelo qualitativo geral, que se submete as particularidades de cada caso.

Mas, como consequência de se ter descoberto as causas para o equilíbrio na circulação de valores que mantinham uma condição adequada passamos para a resolução de outro problema que era o da capacidade financeira real.

Sá (1959, 1965, 1973) percebeu que os valores se sujeitavam ao tempo demonstrando a verdadeira eficiência dos mesmos:

QUANTIDADE REAL

VALOR

TEMPO

Os padrões de liquidez eram firmados na quantidade, e Sá percebia que era o movimento circulatório, e obviamente a velocidade, que mirava a estabilidade empresarial.

Dividindo os meios e necessidades de pagamento pelos respectivos tempos, achava a fórmula de liquidez real:

Liquidez Dinâmica real

Meios de pagamento

Tempo dos giros

Necessidades de pagamento

Tempo dos giros

Desta forma, percebia que com o mesmo comportamento, a liquidez seria considerada eficaz, pois, é o giro que alimenta o dinheiro, e a capacidade de pagar, o que ele fez, obstante, fora adaptar a fórmula de liquidez aos tempos de giro, na lógica de investimentos-dia e financiamentos-dia.

Então, conseguiria com tal estudo ser membro de ciência espanhola, e ainda influenciar a outros doutrinadores como o professor Américo Matheus Florentino (1963, 1973,1990) da Fundação Getúlio Vargas, que produzia uma outra fórmula denominando-a de “aceleração financeira”.

Todos estes estudos foram primordiais para percebermos qual seria o verdadeiro valor da empresa nos tons de prosperidade, como o próprio mestre mineiro desenvolvera no neopatrimonialismo.

Desenvolveu ele o conceito de prosperidade como eficácia constante, e eficácia como satisfação de necessidade específica nas funções sistemáticas, isto é, na liquidez, estabilidade, resultabilidade, economicidade, invulnerabilidade, produtividade, socialidade, e elasticidade.

Ficou o mestre convicto que poderia conseguir uma lógica de prosperidade geral das empresas, pela elasticidade sadia do capital próprio, reconhecida no fenômeno de capitalização.

Destacou em lógica matemática a razão para a prosperidade em um de seus trabalhos:

$$Ea \equiv (n = 0)$$

$$\sum [(Pn = 0) \rightarrow (Ea \rightarrow \infty) > (Ea -1 \rightarrow \infty)] = Ps$$

$$\sum [(Pn = 0) \rightarrow (Ea \rightarrow \infty) > (Ea -1 \rightarrow \infty)] = CCr$$

$$CCr \equiv Ps$$

$$CCr \text{ }^{\circ} Ps$$

Ele próprio explicava:

O ideal (logo, filosofia de um modelo) é que se produza a Eficácia (Ea), essa que ocorre quando as necessidades patrimoniais (Pn) são satisfeitas (=0), sempre em valor maior do que poderia ocorrer de ineficácia (não satisfação), que a continuidade de tal acontecimento seja ilimitada(¥), resultando, pelo somatório algébrico disso, em Prosperidade(Ps); ou, ainda, em dialética matemática [...] A plena capacidade de satisfação de todas as necessidades patrimoniais da empresa ou da instituição, em caráter permanente, gera a Prosperidade em razão de uma Constante de Crescimento (CCr) sem limites. (SÁ, 2006. p. 21.)

Neste ponto com bases na sua teoria referida (a do equilíbrio), já atribuía à capitalização os fins de prosperidade, ou seja, mencionava pelo raciocínio lógico como conceber na mesma o segredo das empresas.

O mestre explicitava nas suas teses sobre os modelos de comportamento, identidades matemáticas para diagnosticar os comportamentos patrimoniais.

Desse modo já havia revertido o seu pensamento antes exposto, que seria impossível prever um modelo geral, ou uma fórmula geral que pudesse sintetizar os fatos patrimoniais para mensurar a prosperidade, já que testemunhava o crescimento do capital como medida fundamental, e a elasticidade como ponto básico de mensuração da fortuna, e a capitalização como principal fato.

Então, sem dúvida alguma batia a favor da mentalidade de D`auria, sobre o capital efetivo e a possibilidade de sua explicação, e de Zappa, sobre a realidade do capital, deste modo centralizando a prosperidade, na elasticidade, e esta na capitalização geral do empreendimento.

Logo depois de seu trabalho firmamos todos os meios para tentar luzir melhor a tal problema, no entanto, dentro da corrente, percebemos que deveria existir uma evolução para comprovarmos uma solução a tal indagação.

V. A energia patrimonial na prosperidade na produção de uma filosofia neopatrimonialista

Nos princípios do ano de 2007 o professor do clube Tablero comendo, Mario Vogel, destacava que havia uma fórmula para a empresa, o que foi uma proposta de verificação da prosperidade.

A fórmula era esta:

$$\frac{\text{VENDAS}}{\text{ATIVO}} \quad :: \quad \frac{\text{LUCRO}}{\text{VENDAS}}$$

Claro que o mestre não colocava desta maneira, necessariamente, no entanto, atribuía ao contexto de prosperidade tal fórmula.

Ao mesmo tempo em que Lopes de Sá produzia suas lógicas sobre o modelo de prosperidade Silva (2008), colocava um sentido todo especial à capitalização da empresa.

Como o mestre D`auria, Zappa, e Sá, tinham que o potencial do capital estaria nos recursos próprios, o embasamento estava mais que formulado.

O crescimento, na ótica lopesista deveria ser o principal fato de demonstração da prosperidade, visto que, a elevação constante do capital próprio, atrelada ao potencial de circulação seria a reunião do fator de fortuna da empresa.

Sabemos, pois, que uma empresa dependeria da capitalização e da velocidade da mesma para conseguir-se a prosperidade. Desse modo:

$$(AC \rightarrow AP)Inv \Rightarrow Gc \left(\frac{V \vee C}{El} \right) \therefore G \Leftrightarrow \left(\frac{M}{R} \right)$$

O ativo circulante (AC), se interage ou condiciona o ativo permanente (AP), gerando os investimentos (inv), com relações próprias, então, isso gera um giro circulatório específico (Gc), que integra a velocidade (V) ou circulação (C), disposta em razão ao elemento (El), logo isso, vai ser conivente ao giro geral (G), que é duplamente condicional ao movimento (M), relativo à rentabilidade (R).

Portanto:

$$(CP \rightarrow CT)fin \wedge Cp \Leftrightarrow \left[\frac{(R \wedge L) \geq (Tj \wedge D)}{Inv - CT} \right]^{ef}$$

Ou seja, os capitais próprios (CP), se condicionam ao de terceiros (CT), o que condiz com o financiamento (fin), e a capitalização (Cp), isso é equivalente à rentabilidade (R), e lucro (L), maiores ou iguais à taxa de juros (Tj), e Despesas (D), que se relacionam aos investimentos (Inv), menos as dívidas de terceiros (CT), num sintoma de eficácia (ef).

Então, temos que:

$$Cp = (Re \Leftrightarrow G) \Rightarrow VCp \equiv \left(\frac{V}{CP} \right)$$

$$\left(\frac{V}{CP} \right) \geq (Tj \wedge D) \rightarrow Cp\Delta$$

A capitalização (Cp), então, se iguala ao rendimento (Re), condicional ao giro geral (G), isso gera a Velocidade de capitalização (VCp), que é equivalente ao giro do capital próprio, obtido pela relação da velocidade (V), pelos próprios capitais (CP).

Chaves. O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva...

Desse modo a mesma velocidade dos recursos próprios, deverá ser maior ou igual que a taxa de juros (Tj), e que as despesas (D), para que haja crescimento da capitalização (CpD).

Todavia, a capitalização deverá crescer com a rentabilidade:

$$Cp\Delta = (L \wedge RD) \Rightarrow CPcp \equiv \left(\frac{Res + L}{CP} \right)$$

$$\left(\frac{Res + L}{CP} \right) \geq (Tj \wedge D) \rightarrow Cp\Delta$$

Portanto, o crescimento da capitalização (CpD), é igual ao lucro (L) e crescimento da rentabilidade (RD), isso condicionará ao Capital próprio capitalizado (CPcp), que é equivalente às reservas (Res), mais lucros (L), divididos pelo capital próprio (CP).

Desse modo, a capitalização, deverá ser maior que a taxa de juros (Tj) e Despesas (D), para condizer na sua evolução (CpD).

Com tudo isso temos:

$$CPV :: CPcp \rightarrow \{ V(Ginv) \equiv Cp(Rfin) \}^{ef}$$

O capital próprio em velocidade (CPV), se relaciona com o capital próprio capitalizado (CPcp), isso condiciona a velocidade (V) do giro dos investimentos (Ginv), que é equivalente à capitalização (Cp), da rentabilidade dos financiamentos (Rfin), em eficácia (ef).

Desse modo, temos as seguintes identidades:

$$\left(\frac{V}{CP} :: \frac{L \wedge R}{Cp} \right)$$

$$\left(\frac{CPCp}{V(RD)} \right) \rightarrow CP$$

A velocidade do capital próprio, condiz com a identidade da capitalização, desse modo, o capital próprio se capitaliza (CPCp), em razão da sua velocidade (V) e rentabilidade (RD), condizente com um capital próprio. Então:

$$\left(\frac{CP}{CP} \begin{matrix} \Leftarrow \\ \Leftarrow \end{matrix} \frac{Cp(Rfin)}{V(Ginv)} \right)$$

Sendo que:

$$Rfin \Rightarrow Cp$$

$$Ginv \Rightarrow V$$

A rentabilidade dos financiamentos (Rfin) condiz com a capitalização (Cp), e igualmente, o giro dos investimentos (Ginv), condiz com a velocidade (V).

O patrimônio próprio (CP), possui duplas variações com a capitalização (Cp) da rentabilidade dos financiamentos (Rfin), e obviamente com a velocidade (V), do giro dos investimentos (Ginv). Assim na multiplicação da identidade:

$$\left(\frac{CP(V)}{CP} :: \frac{Cpfin}{Ginv} \right)$$

O capital próprio seria multiplicado pela velocidade, em primeiro passo, agora vejamos a capitalização mantendo o capital próprio como base para o capital efetivo de fortuna:

$$\left(\frac{CPV}{CP} :: \frac{CPcpfin}{Ginv} \right)$$

Anulamos para:

$$\left(\frac{CPV}{CP} :: \frac{CPcp}{G} \right)$$

Portanto, a velocidade elevada ao quadrado a deixa constante, no entanto, temos que isolar os elementos de capitalização, do capital próprio, pois, por mais que tenham relações são elementos diferentes na lógica-matemática:

$$CPV^2 :: (CPcp) \cdot CP$$

$$CP = (CP \cdot cp) \cdot CPV^2$$

Seria o mesmo que:

$$CP (Pr) = CPcp \cdot V^2$$

O capital próprio (CP) em prosperidade (Pr), é igual ao mesmo valor capitalizado (CPcp), vezes a sua velocidade ao quadrado (V^2), esta seria a razão da fortuna do capital efetivo de uma empresa ou entidade.

Em outros termos:

$$\left(\frac{V}{CP} \right) \rightarrow V^2$$

$$\left(\frac{Cp}{CP} \right) \rightarrow CPcp$$

$$(CPcp \Leftrightarrow V) \equiv (Ccr) \Rightarrow pr^{ef} (prn)$$

Portanto, a velocidade constante, e capitalização estão sempre inerentes ao capital próprio, o que gera obviamente, crescimento (Ccr), este é produtor da prosperidade (pr), pelo grau de eficácia (ef), portanto prosperidade nominal (prn).

Chaves. O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva...

Dessa maneira, entendemos que a prosperidade se encontra na relação do giro do capital próprio, e igualmente da capitalização, no entanto, que deve suceder a um tempo para se transformar em substancialidade:

$$(CP_{cp} \rightarrow CP_{psb}) \Rightarrow \left(\frac{Cp2}{Cp1} \right)$$

Por tal, pela comparação das capitalizações (Cp2 e Cp1), podemos ter o valor geral da mesma, em tom substancial (CPpsb), o que aduz a uma potência da capitalização, o mesmo se observa na velocidade:

$$(CPV \rightarrow CPVsb) \Rightarrow \left(\frac{V2}{V1} \right) \quad \vee \quad V^2$$

A comparação da velocidade (V2 e V1) permite averiguar a sua substância (CPVsb), no entanto, pode ser substituída pelo conceito de constante capacidade.

Deduzindo:

$$CP (Prf) = CP_{psb} \times V_{sb}^2$$

Esta seria a fórmula de fortuna (f), ou prosperidade substancial (Prf) que poderíamos utilizar, igualmente, para verificar o estágio do capital efetivo, na sua continuidade no tempo específico.

Assim, Silva (2008), em sua tese, traduziu a fórmula da prosperidade pela mesma lógica.

Um patrimônio que possa evoluir em sua capitalização, e ao mesmo tempo, possui certezas de giro ou o valor de vendas constante, tende a assumir a prosperidade em nosso raciocínio lógico.

Dessa maneira, a proposta de Silva (2008) é mensurar a fortuna com a tentativa de colocar a fórmula da energia patrimonial e sua mensuração num cálculo.

Na forma de grandezas matemáticas, consideramos exemplos apenas para admitir sua aplicação, tal como segue na tabela:

Tabela 2: Quocientes básicos extraídos para o cálculo de prosperidade e fortuna.

Elementos	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4
Capitalização	0,12	0,16	0,22	0,26
Giro do capital próprio	2	3,5	4	5,2
Valor do capital próprio	20.000,00	22.000,00	28.000,00	35.000,00

Fonte: *Elaboração própria.*

Para mensuramos a prosperidade nominal:

Período 1

CP (pr) = 20.000 (0,12) x 2² → 2.400,00 x 4 = 9.600,00 é a prosperidade

Período 2

$$CP(\text{pr}) = 22.000(0,16) \times 3,5^2 \rightarrow 3.520,00 \times 12,25 = 43.120,00$$

Período 3

$$CP(\text{pr}) = 28.000(0,22) \times 4^2 \rightarrow 6.160,00 \times 16 = 98.560,00$$

Período 4

$$CP(\text{pr}) = 35.000(0,26) \times 5,2^2 \rightarrow 9.100,00 \times 27,04 = 246.064,00$$

Se o valor da prosperidade nominal, for maior que a grandeza de capital próprio, melhor para a empresa, e se o crescimento da prosperidade existir, melhor ainda para o empreendimento.

No entanto, temos a fortuna, que permite saber se a prosperidade é constante, com base na potencia da capitalização e da velocidade dessa maneira:

Período 1 e 2

$$CP(\text{prf}) = 20.000,00(0,16 / 0,12) \times (3,5 / 2)^2 \rightarrow 20.000,00 \cdot 1,33 \times (1,75)^2 \\ 26.600,00 \times 3,06 = 81.396,00$$

Período 2 e 3

$$CP(\text{prf}) = 22.000,00(0,22 / 0,16) \times (4 / 3,5)^2 \rightarrow 22.000,00 \cdot 1,38 \times (1,14)^2 \\ 30.360,00 \times 1,30 = 39.468,00$$

Período 3 e 4

$$CP(\text{prf}) = 28.000,00(0,26 / 0,22) \times (5,2 / 4)^2 \rightarrow 28.000,00 \cdot 1,18 \times (1,30)^2 \\ 33.040,00 \times 1,69 = 55.837,60$$

Vemos que a fortuna é constante ou seja, a prosperidade substancial é real e crescente o que indica um bom sinal.

Podemos fazer com cálculos de tendência, o planejamento para o quarto período, bastando usar os quocientes:

Quociente de tendência

$$1 + \left(\frac{\text{Última variável} - \text{Primeira}}{\text{Última variável}} \right) \times \text{Última variável}$$

Para a capitalização

$$1 + \left(\frac{0,26 - 0,12}{0,26} \right) \rightarrow (1 + 0,54) \times 0,26 = \$ 0,40$$

Para o giro

$$1 + \left(\frac{5,2 - 2}{5,2} \right) \rightarrow (1 + 0,62) \times 5,2 = 8,40$$

Aplicando no último valor, temos:

Período 4 e tendência

$$CP(\text{prf}) = 35.000,00(0,40 / 0,26) \times (8,40 / 5,2)^2 \rightarrow 35.000,00 \cdot 1,54 \times (1,62)^2 \\ 53.900,00 \times 2,62 = 141.218,00$$

Chaves. O verdadeiro valor do balanço: fórmula de energia patrimonial efetiva...

Conforme a tendência o potencial de fortuna, ou prosperidade substancial iria crescer para \$ 141.218,00.

Assim, poderíamos mensurar qual seria a razão dos dois valores, e se há prosperidade crescente, isto é, fortuna:

Tabela 3: Resultados de prosperidade nominal e substancial.

Períodos	Prosperidade nominal	Prosperidade substancial - fortuna	Capital próprio
1	\$ 9.600,00	\$ 81.396,00	\$ 20.000,00
2	\$ 43.120,00	\$ 39.468,00	\$ 22.000,00
3	\$ 98.560,00	\$ 55.837,60	\$ 28.000,00
4	\$ 246.064,00	\$ 141.218,00	\$ 35.000,00

Fonte: *Elaboração própria.*

Apropriando a relação da prosperidade, juntamente com o valor nominal do capital, temos que o quociente quanto maior for, melhor:

Quociente percentual de prosperidade nominal

Prosperidade nominal

Capital próprio

Quociente percentual de fortuna (prosperidade substancial)

Fortuna

Capital próprio

Com os resultados prontos podemos apresentar:

Tabela 4: Relações ou razões de prosperidade nominal e substancial.

Períodos	Quociente de prosperidade	Quociente de fortuna
1	48 %	407 %
2	196 %	179 %
3	352 %	199 %
4	703 %	403 %

Fonte: *Elaboração própria.*

Pelos resultados vemos que a prosperidade nominal foi crescente, o que indica uma fortuna acima de 100%, todavia, de 407% a aludida caiu, depois recuperou a quase o mesmo tanto, chegando a 403%.

Dessa maneira, podemos dizer que a empresa teve uma fortuna instável, quase decrescente, todavia, entendemos que a mesma é existente.

As causas para tal situação são claramente simples, tal como podemos apresentar:

- A capitalização cai mais que o giro
- A capitalização cai e o giro também
- A capitalização cresce mas o giro cai

- A capitalização cresce menos que o giro
- A capitalização cai menos que o giro...

Estas seriam as causas, na capitalização, e no giro, que podem levar a problemas de reservas, lucros, despesas, financiamentos, investimentos, custos, margens, preços, circulação, permuta, operacionalidade, produtividade, perdas, entre outros mais, que são causas intrínsecas para tal comportamento.

Quanto mais cresce a massa substancial em comparação melhor para a empresa, o que revela que o seu quociente de energia tende a evoluir considerando o seu valor nominal e a sua prosperidade.

Assim dentro das argumentações desses mestres em contabilidade, reconhecemos o valor da fórmula de energia patrimonial, que é a fortuna ou prosperidade constante de uma empresa, atestando tal como Einstein (1879 – 1955) fizera com a energia normal da matéria, e os doutrinadores reconhecem para a mesma ciência, uma proposta para preencher a lacuna sobre os segredos das prosperidades das organizações e sua quantificação.

VI. Conclusão

Concluimos, inicialmente, conforme o empreendimento científico realizado, que existe um valor substancial do balanço condizente com o poder de energia, e o valor real do capital, que não bate necessariamente com o valor nominal do balanço e a cifra de capital próprio.

As teorias históricas principais (em especial que fundamentaram este trabalho, a de Zappa, D`auria, e Sá), sempre afirmaram que o valor do balanço é artificial na mensuração concreta da fenomenologia, que existe uma realidade, um valor efetivo, e substancial expresso ocultamente nestas demonstrações, e que os fatos de lucro, e giro, comprovados nas teorias do rédito, e liquidez dinâmica, nos seus respectivos sistemas de teorese e teoremas, poderiam fornecer indícios que resumissem numa fórmula a prosperidade patrimonial, pois, estas corrigiam a superficialidade para a substância real de fatologia.

Assim reconhecemos que o valor efetivo substancial do balanço, existe e pode ser sintetizado numa fórmula, tal como em nossa proposta, para averiguar a energia patrimonial, e a realidade das operações dos sistemas, sendo que a massa de capital próprio capitalizada, vezes a velocidade ao quadrado, no contexto nominal nos leva a um nível avaliativo da prosperidade, e colocada ao múnus substancial ao nível de fortuna, gerando aumento constante, sendo esta proposta geral, que vem holisticamente a resumir o potencial de um patrimônio das empresas em entidades, dentro do âmbito essencial da análise e avaliação, ficando a critério de apreciação da plêiade de contadores e consultores da eficácia geral dos empreendimentos.

Referências

- Aristóteles (2001). *Da geração e da Corrupção seguido de convite à filosofia*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo: Landy Editora.
- Besta, Fabio (1922). *La Ragioneria*. 2ª Ed. Milano: Cada editrice Dottor Francesco Vallardi.
- Carneiro, Erymá (sem data). *Aspectos Jurídicos do Balanço*. São Paulo: Edição da Revista das Sociedades Anônimas, sem data. Coleção Biblioteca do Contador, VIII Volume.
- Carboni, Giuseppe (1886). *La Ragioneria Scientifica*. Roma: Ermanno Loescher.
- D`auria, Francisco (1953). *Variação do Valor Efetivo do Capital*. São Paulo: Ed. Atlas.
- ____ (1959). *Primeiros Princípios de Contabilidade Pura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Dias, Fernando Caetano (1944). *A técnica da Leitura dos Balanços*. 2ª ed. Lisboa: Livraria Moraes.
- Einstein, Albert & Infeld, Leopold (1988). *A evolução da Física*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- Florentino, Américo Mateus (1963). *Classificação de Patrimônio para uma análise econômica dos Balanços das empresas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.
- ____ (1990). *Análise Contábil: Análise de Balanços*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- ____ (1976). *Análise de Balanço para companhias de Seguros*. São Paulo: Ed. Manuais Técnicos de Seguros.
- Franco, Hilário (1950). *Fundamento Científico da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Revisora Gramatical.
- ____ (1961). *Contabilidade Geral*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Atlas.
- ____ (1973). *Estrutura, análise e interpretação de balanço*. 12. Ed. São Paulo: Atlas.
- Kant, Emmanuel (sem data). *Crítica da Razão Pura*. Tradução de J. Rodrigues de Mereje. Rio de Janeiro: Ed. Tecnoprint.
- Masi, Vincenzo (1971). *La Scienza del Patrimônio*. Milano: Nicola Milano Editore.
- ____ (1945). *Statica Patrimoniale*. 2ª ed. Padova: Casa Editrice Dottore Antonio Milani.
- ____ (1955). *Filosofia della Ragioneria*. Bolonha: Dott. Cesare Zuffi – Editore.
- ____ (1939). *Analisi finanziarie e reddituali in relazione al capitale in gestione nelle imprese*. Milano: Cada editrice Dottor Francesco Vallardi.
- ____ (1947). *Dinamica Patrimoniale*. Padova: Casa Editrice Dottore Antonio Milani, V I e II.
- Mello, Carlos Espírito Santo S. de (1953). *Análise de Balanços (da empresa, sob o ponto de vista financeiro)*. Lisboa: Portugália Editora.
- Nascimento, Jose Olavo (1975). *Contabilidade*. 2ª ed. Porto Alegre: Estilo.
- ____ (1969). *Apontamentos de Contabilidade Geral*. Porto Alegre: UFRGS – DAECA.
- Pfatzgraff, Rogério (1956). *Aspectos científicos da contabilidade*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Tupã.
- Rossi, Giovanni Rossi (1882). *L`ente Econômico-amministrativo*. Emilia: Stabilimento Tipo-Litografico Degli Artigianelli.
- SÁ, Antonio Lopes (1992). *Teoria geral do conhecimento contábil*. Belo Horizonte: IPAT-UNA.
- ____ (1953). *Filosofia da Contabilidade*. Rio de Janeiro: Ed. Aurora.
- ____ (1965). *Teoria do capital das empresas*. Rio de Janeiro: FGV.
- ____ (1959). *O equilíbrio do Capital das Empresas*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A.
- ____ (1973). *Curso Superior de Análise de Balanços*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Atlas. Volume I e II
- ____ (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Atlas.
- ____ (1971). *Estudo Analítico da Rentabilidade das Empresas*. Rio de Janeiro: APEC.
- ____ (2005). *Moderna Análise de Balanços ao Alcance de todos*. Curitiba: Ed. Juruá.
- Silva, Rodrigo Antonio Chaves da (2012). *Introdução à moderna contabilidade geral*. Curitiba: Juruá.
- ____ (2007). *Teoria do Neopatrimonialismo filosófico*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional do Ministério da Cultura.

- _____ (2006). Filosofia da Análise da Estabilidade da Liquidez. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, SC, v. 4, nº 11, CRCSC.
- _____ (2007). O equilíbrio do capital e a sua intensidade: pontos da filosofia Neopatrimonialista. Revista Catarinense da Ciência Contábil. CRCSC, Florianópolis, Ano 6, nº 18, Agosto/ Novembro de 2007.
- Steinstrasser, Albino Mathias (1957). Estrutura e análise de Balanços. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina.
- Viana, Cibilis da Rocha (1962). O estudo da gestão na Contabilidade. Porto Alegre: impressa universitária.
- Zappa, Gino (1950). Il Rédito di Impresa. 2ª edição. Milão: Dott. A. Giuffrè - Editore.